

## Plenário aprova indicação de Ellen Gracie para o CNJ

Em votação secreta, o Plenário do Senado aprovou – com 61 votos favoráveis, 1 abstenção e 1 voto contrário – Ellen Gracie Northfleet para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça. Indicada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie substituirá Nelson Jobim, que deixará o STF no final

deste mês. Na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça, a ministra defendeu o aprimoramento da Justiça e disse que algumas mudanças implementadas pela reforma do Judiciário, como a adoção da súmula vinculante, poderão aperfeiçoar a prestação dos serviços jurídicos nos próximos cinco anos. **Página 5**



Ellen Gracie chega ao Senado em companhia de Renan Calheiros, Antonio Carlos Magalhães e José Sarney

Célio Azevedo

## Senado vai ao Supremo para ouvir caseiro



Pessoas com deficiência participam, no Plenário, da sessão especial

### Homenagem à campanha da CNBB

O Senado homenageou ontem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pelo tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”, escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2006. **Página 3**

### Mandado de segurança pede a suspensão de liminar que impede depoimento de Nildo à CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos fez ontem mais uma tentativa de ouvir Francenildo Santos Costa, o caseiro Nildo, que reconheceu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, como freqüentador assíduo de uma mansão no Lago Sul, em Brasília, onde funcionaria um suposto esquema de corrupção. A pedido do presidente da comissão, senador Efraim Morais, a Advocacia do Senado impetrou mandado de segurança pedindo ao Supremo Tribunal Federal que suspenda, em caráter de urgência, a liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso em 16 último. A medida contestada, segundo a Advocacia, representa “censura judicial” às atividades do Parlamento. **Página 7**

### Verticalização é mantida para este ano

As coligações feitas na eleição deste ano para presidente da República devem ser reproduzidas nos estados. A determinação é do STF, ao decidir que o fim da verticalização só vale para as eleições de 2010. **Página 4**

### Crianças são exploradas na Tríplice Fronteira

Cerca de 3,5 mil crianças são vítimas de exploração sexual na região da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). A revelação é do cônsul-geral do Brasil em Ciudad del Este, no Paraguai. **Página 2**



Cristovam (E), Antônio Carlos Valadares e Jarbas Barbosa, na audiência

### Brasil começa a fabricar vacina contra a gripe aviária

O Instituto Butantã começará a fabricar em abril as primeiras doses de uma vacina contra a gripe aviária. A informação foi dada ontem pelo secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa

na audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Legislação Participativa, presidida por Cristovam Buarque, Jarbas Barbosa anunciou a constituição de uma rede de 46 unidades sentinelas para coleta de amostras de secreções das pessoas com síndrome gripal para identificação do vírus em 21 estados. **Página 6**

José Cruz

José Cruz

Em reunião da CPI da Emigração Ilegal, Antônio Cruz de Mello afirma que são 3,5 mil crianças exploradas, a maioria brasileira



Ao lado do vice-presidente da CPI, Mello (E) relata situação vivida por crianças brasileiras

## Cônsul alerta para exploração sexual na Tríplice Fronteira

O cônsul-geral do Brasil em Ciudad del Este (Paraguai), Antônio Fernando Cruz de Mello, afirmou ontem que há naquele país cerca de 300 mil brasileiros em situação ilegal, além de outros 150 mil em condições legais. Ele também disse que, na região da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), há aproximadamente 3.500 crianças vítimas de exploração sexual – sendo a maioria, segundo ele, brasileira. As informações foram prestadas pelo cônsul-geral durante reunião da CPI da Emigração Ilegal.

Mello ressaltou que entidades como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do próprio consulado, vêm atuando para combater a exploração infantil na Tríplice Fronteira – região onde estão cidades como Ciudad del

Este e Foz do Iguaçu. Ele contou ter participado de uma operação de resgate de duas crianças brasileiras, com 8 e 10 anos, em um prostíbulo local.

– Os paraguaios, nesses casos, são utilizados como massa de manobra. Os principais responsáveis são estrangeiros – assinalou.

### Serviços

O cônsul-geral destacou que, entre os principais serviços prestados pelo consulado aos brasileiros que moram no Paraguai, estão os relacionados à Previdência Social, ao cadastramento no Sistema Único de Saúde (SUS) e ao fornecimento de documentos como certidões de nascimento, títulos eleitorais e o de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), além de segundas vias. Para oferecer os serviços, ele disse que o Brasil mantém naquele país 17 “consulados itinerantes”.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Congresso recebe visita de comitiva belga

A presidente do Senado da Bélgica, senadora Anne-Marie Lizin, visita hoje o Congresso. Ela será recebida pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros, e tem en-

contro com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) às 14h30. A comitiva também é composta pelos senadores Paul Willie, líder do Partido Liberal Flamengo

(VLD); Christian Brotcorne, líder do Partido Democrata Cristão (CDH); Christine Defraigne, líder do Partido Liberal Francófono (MR); e pelo assessor Geoffroy Morre.

## Acordos Internacionais em discussão na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para discutir a convenção que unifica regras de

transporte aéreo internacional, além de tratados assinados pelo Brasil com a Ucrânia e com os Países Baixos para combate de crimes fiscais.

Também na pauta, requerimentos pedindo audiências sobre criação de comissão que discutirá o aparelhamento das Forças Armadas.

## Sessão celebra 40 anos do PMDB

Às 10h, os senadores promovem sessão especial para comemorar os 40 anos do PMDB, fundado sob a sigla MDB. A legenda fazia oposição ao partido do governo, Arena,

no período da ditadura militar brasileira. Às 14h, os parlamentares continuam buscando acordo para votar as medidas provisórias e projetos de conversão que trancam a pauta.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a verticalização nas eleições de outubro também deve ser tema de discursos no Plenário.



## Propostas sobre saúde em análise

Em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h30, proposta para incluir entre as exigências mínimas dos Planos de Saúde a cobertura das despesas com internação, cirurgia e transporte de

órgão para transplante (PLS 75/02). Outro projeto na pauta do colegiado é o que quer qualificar a venda ilegal de anabolizantes e hormônios esteróides como tráfico de substâncias entorpecentes (PLS 124/05).

## Audiência trata da alienação de ferrovias

A alienação do controle das concessionárias Ferroban, Feronorte e Novoeste é o tema de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura (CI), às 10h. Para o encontro, foram convidados o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Resende, e os presidentes do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias, Guilherme Narciso de Lacerda, e da Brasil Ferrovias, Elias Davi Nigri.



## CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, às 11h30, a vice-presidente de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Copetti. Os senadores querem saber quem violou o sigilo do caseiro Francenildo Santos Costa sem autorização judicial. O extrato do caseiro que contradisse o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi publicado pela imprensa na última semana.

## Orçamento de 2006

Em reunião às 10h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) continua a discutir os mais de 2 mil destaques apresentados ao Orçamento de 2006. Permanece a polêmica entre os parlamentares sobre a definição do valor a ser repassado pelo governo aos estados exportadores para compensar perdas na arrecadação de ICMS, como prevê a Lei Kandir.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed-. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Flexa Ribeiro, Magno Malta e João Batista Motta

# Homenagem à CNBB por iniciativa em favor dos deficientes



Pessoas com deficiência e bispos da Igreja Católica prestigiam a sessão especial do Senado

O Senado realizou ontem sessão especial para homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo tema escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2006: “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”. A convite do presidente da Casa, Renan Calheiros, participaram da Mesa o presidente em exercício da CNBB, dom Antônio Celso de Queirós, o secretário de Esporte e Lazer de São Paulo, Lars Graell, e o recordista nas Paraolimpíadas de Atenas em 2004, Clodoaldo Silva.

Também prestigiaram a solenidade o ex-se-

cretário da CNBB dom Luciano de Almeida, hoje bispo de Mariana (MG); o ator Marcos Frota; a coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Major, além de pessoas com deficiência, bispos da Igreja Católica e parlamentares.

Após a execução do Hino Nacional, o deficiente visual Ariosto Lopes, acompanhado por um teclado, interpretou músicas populares. Os discursos foram traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais por Luciana Marques Valle e Raul de Oliveira Ribeiro.

## Elogios pela escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2006

Senadores ressaltam a importância de ações que levem à superação de preconceitos e à inclusão social e profissional



**AO ABRIR A SESSÃO ESPECIAL**, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, com a iniciativa, a CNBB faz um apelo inestimável à luta contra o preconceito e a favor da inclusão social. Renan lembrou que o Brasil tem hoje 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental e afirmou que defender os direitos dessas pessoas é uma obrigação constitucional: “Temos todos – Estado, Legislativo, Judiciário, iniciativa privada – que garantir plenas condições de acesso e inclusão social às pessoas com deficiência”, ressaltou.



**MUDANÇA DE MENTALIDADES** atrasadas e atitudes preconceituosas, conceito básico da Campanha da Fraternidade de 2006, visa trazer para o convívio social e produtivo as pessoas com deficiência, privadas do exercício pleno de sua cidadania. A opinião é do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do requerimento para a realização da homenagem à CNBB. Ele enfatizou o empenho do governo federal na efetiva implementação do Programa Nacional de Acessibilidade para diminuir as barreiras que penalizam as pessoas com mobilidade reduzida.



**NA LUTA PELA INCLUSÃO** dos portadores de necessidades especiais, é preciso ressaltar o valor da família, da comunidade e da sociedade para gerar felicidade, afirmou ontem o senador Flávio Arns (PT-PR). Ele destacou a importância de todos os cidadãos se colocarem no lugar dos portadores de deficiência para que seja despertado o espírito de solidariedade e para que tenham, assim, “outro Brasil”. Advertiu ainda que a transformação dos direitos em realidade – cuja maioria já está prevista em lei, devendo ser colocada em prática – é um desafio de todos.



**O TEMA DA CAMPANHA** deve ser debatido em todas as religiões e não apenas pela Igreja Católica, sugeriu a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), em discurso ontem, durante a sessão especial em homenagem à CNBB. “Mais do que a solenidade e as reformas físicas, espero que a gente possa, acima de tudo, neste mundo de tanta desigualdade, ter a mesma coragem que Jesus teve e quebrar qualquer ritual cínico e esnobe, quebrar qualquer hierarquia perversa, que impõe a homens e mulheres, ricos e pobres, deficientes ou não, regras diferenciadas.”



**A APROVAÇÃO DO ESTATUTO** da Pessoa Portadora de Deficiência foi defendida ontem pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Apresentado por Paulo Paim (PT-RS), o texto está tramitando no Senado. Lúcia Vânia pediu pressa para a aprovação da matéria, da qual foi relatora, informando que o projeto estabelece critérios especiais na concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência. Foi citada também pela senadora a campanha lançada pelo Senado no último dia 14, destinada a garantir o acesso à Casa aos portadores de deficiência.



**A SOCIEDADE BRASILEIRA FOI** conclamada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) a lutar ao lado do Estado para que as pessoas com deficiência possam ter melhores condições de vida. Para o senador, o agravamento dos problemas sociais brasileiros – para o qual contribui a falta de apoio às pessoas com deficiência física, mental e sensorial – é consequência da estagnação econômica. Por isso, Simon, que pertence à Ordem Franciscana da Igreja Católica, voltou a pedir mais recursos para que essa camada da população seja mais bem atendida.



**CONSIDERADOS EXEMPLOS DE SUPERAÇÃO**, o judoca Breno Viola e o secretário de Esporte e Lazer de São Paulo, Lars Graell, foram saudados por Arthur Virgílio (PSDB-AM) durante a sessão de celebração da Campanha da Fraternidade de 2006. Segundo o senador, Viola é um judoca portador da síndrome de Down que, em competições, vence até as pessoas “ditas normais” e leva sua vida sem se sentir inferiorizado. Lars Graell, assinalou, “nos toca com a forma de viver após o processo sórdido” que sofreu, ao perder uma das pernas em acidente com um iate.



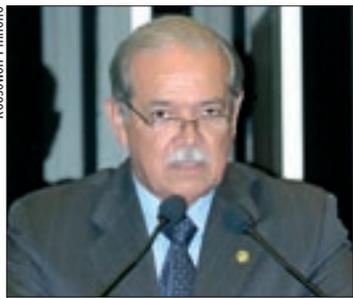
**UMA DAS PRINCIPAIS TAREFAS** dos parlamentares para este ano, disse ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE), é aprovar o projeto que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 6/03), que se encontra na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Maciel ressaltou que as campanhas da fraternidade promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, além de conscientizarem as pessoas sobre questões sociais importantes, oferecem propostas objetivas ao Estado e à sociedade civil.



**A DEFICIÊNCIA MORAL DOS GOVERNOS** é a origem comum de grande parte das deficiências físicas e mentais que atingem milhares de brasileiros. A afirmação foi feita ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF), explicando que muitas crianças que passam fome na primeira infância podem se tornar cegas ou ser vítimas de deficiência mental. Problemas como a falta de assistência médica rápida e adequada, a irresponsabilidade no trânsito e a violência urbana também são importantes causas geradoras de pessoas com deficiência, observou.



**MESMO RECONHECENDO QUE** o portador de deficiência física ainda encontra muitas resistências para garantir seus direitos, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a legislação brasileira e as resoluções internacionais “são generosas” para com esse segmento da população. Valadares aplaudiu a iniciativa da CNBB e ressaltou que o Brasil “não deve de forma alguma abandonar seres humanos que têm inteligência, competência e capacidade e podem contribuir decisivamente, com o seu trabalho e sua participação, para o desenvolvimento que buscamos”.



César Borges não vê motivo para que Lula se sinta invejado pela oposição

## César Borges rebate Lula: "Pior desgraça é o mau-caratismo"

O senador César Borges (PFL-BA) rebateu declaração do presidente Lula, dirigida à oposição em discurso feito na Bahia, de que "a inveja é a pior desgraça do ser humano". Borges respondeu que "a pior desgraça é o mau-caratismo", e que não vê motivo para que alguém inveje o presidente.

– Ele é o responsável pela atual crise política, não honrou seus compromissos, viu-se obrigado a demitir o chefe da Casa Civil e deveria, se fosse ágil, demitir o ministro da Fazenda – disse.

César Borges também considerou injustas as críticas de Lula ao Legislativo, por não ter votado ainda o Orçamento da União, e acusou o governo de usar o atraso como desculpa para não atender às demandas dos parlamentares.



Serys destaca criação de 3,6 milhões de empregos formais desde 2003

## Serys aponta realizações do governo Lula

Serys Shessarenko (PT-MT) destacou realizações do governo na área econômica. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criados 3,6 milhões de postos de trabalho com carteira assinada desde 2003, sendo 176 mil só em fevereiro deste ano – esse seria o recorde de geração de empregos desde a criação do Caged.

Serys disse ainda que, apesar de o crescimento econômico médio do Brasil ter ficado abaixo de 3% em 2005, as regiões Norte e Nordeste apresentaram crescimento de 16% e 19%, respectivamente.

Mudanças feitas pelo Congresso só valem para as eleições de 2010, segundo o entendimento dos ministros do Supremo, que julgaram procedente a ação impetrada pela Ordem dos Advogados

# Partidos terão de reproduzir nos estados coligação para presidente

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ontem favoravelmente a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra a Emenda à Constituição 52, promulgada este mês pelo Congresso, que acaba com a verticalização nas coligações eleitorais. Mas a decisão do tribunal não derruba a emenda, apenas adia o seu efeito para a próxima eleição presidencial, em 2010.

A OAB argumentou que a emenda fere o princípio constitucional da anualidade, pelo qual as mudanças nas regras eleitorais têm de ser feitas com um ano de antecedência ao pleito. A relatora da Adin, ministra Ellen Gracie, presidenta eleita do STF, considerou procedente o pedido da OAB, defendendo o fim da verticalização apenas em 2010. Oito ministros do tribunal acompanharam a relatora, e dois votaram contra a Adin.

### Idas e vindas

A discussão em torno da cha-



Ministros do STF entendem que alterações só podem ser feitas um ano antes das eleições

mada verticalização vem movimentando os meios políticos e jurídicos do país desde 2002, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou resolução proibindo que as alianças eleitorais estaduais divergissem das coligações feitas para a disputa pela Presidência da República. A verticalização vigorou nas eleições daquele ano, mas ainda em 2002 o Senado aprovou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a regra. A PEC tramitou na Câmara até fevereiro

último, quando foi aprovada.

Pouco antes da promulgação, no dia 8 de março – portanto, menos de um ano antes das eleições de outubro –, da Emenda Constitucional 52, que liberou a pluralidade de alianças, o TSE voltou a se pronunciar sobre o assunto e manteve a posição anterior. Promulgada a mudança, persistia a dúvida se a liberdade para fazer coligações valeria já nas eleições deste ano. Estava com o Supremo a palavra final sobre a manutenção da verticalização.

## Renan: decisão do Supremo não vai causar conflitos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Congresso Nacional recebeu com naturalidade a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter o instituto da verticalização para as eleições deste ano, deixando para 2010 a validade da emenda constitucional aprovada pelo Legislativo.

– É competência do Poder Judiciário. Não vai haver conflito nenhum. Eu sempre defendi a verticalização como conceito, mas para ser aplicada depois de uma reforma política, porque é muito difícil verticalizar 29 partidos e realidades eleitorais diferentes em cada estado – afirmou.

O senador disse que, em relação ao PMDB, agora que as regras da eleição foram definidas, perde força o projeto de uma candidatura própria em função do engessamento causado pela verticalização nos estados.

Para ele, este é o momento de "juntar os cacos, curar as feridas, decidir o que vamos fazer e colocar o partido na rua".

– Mantida a verticalização, fica

.....

**Solenidade comemora 84 anos do PCdoB**

Ao participar da solenidade de comemoração dos 84 anos de existência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o presidente do Senado, Renan Calheiros, solidarizou-se com o presidente nacional da legenda, Renato Rabelo, na luta para poupar o PCdoB da cláusula de barreira, que estabelece um percentual mínimo (5%) de votos para a Câmara dos Deputados, em nove es-

tados, para que um partido tenha representação política no Congresso, receba recursos do Fundo Partidário e ganhe direito a tempo na propaganda eleitoral no rádio e na TV.

– A cláusula de barreira não pode servir, de jeito nenhum, como meio para restringir as ações de agremiações com longo histórico de lutas a serviço do povo brasileiro, como o PCdoB – considerou Renan.

muito difícil para o PMDB ter candidato próprio ou fazer uma aliança formal, quer seja com o PT, quer seja com o PSDB. O PMDB é o maior partido do Brasil, vai fazer a maior bancada no Senado, a maior bancada na Câmara dos Deputados, vai eleger o maior número de governadores e, em função da verticalização, claro que vai priorizar o fortalecimento nos estados para ampliar sua representação. Esse é o mo-

mento em que o PMDB poderá crescer como nunca cresceu antes – observou.

Renan explicou que a possível desincompatibilização dos dois ministros do PMDB vai depender de decisão do presidente da República e não do partido.

– Se houver necessidade de chamar o partido ou a bancada para decidir o que fazer, nós decidiremos, mas por enquanto não fomos chamados – afirmou.



Maguito diz que agremiação chega aos 40 anos inabalável na luta pela democracia

## Maguito registra aniversário do PMDB e prévias do partido

Os 40 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), comemorados este mês, foram destacados pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele salientou que, embora essa trajetória tenha sido marcada por boatos de decadência e do fim do partido, a cada vez que isso ocorria, "o PMDB ressurgia das urnas revigorado e mais forte".

– O PMDB resistiu à perseguição na ditadura e à tentativa de esvaziamento e chega aos 40 anos inabalável na luta pela democracia, pela justiça social e pelo desenvolvimento – afirmou.

Maguito também comentou as prévias do PMDB, realizadas no último domingo, para a escolha de candidatos, afirmando que o evento foi um exemplo de democracia interna e de respeito às bases. Em Goiás, resultou na escolha de seu nome para disputar o governo do estado e de Nei Moura Teles para a vaga no Senado.

## Sessão de hoje homenageia os 40 anos do PMDB

A sessão especial em homenagem aos 40 anos do PMDB foi antecipada para hoje. A sessão será realizada às 10h, no Plenário do Senado, por requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Fundado em 24 de março de 1966, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tornou-se um partido de oposição ao governo militar, dentro do sistema de bipartidarismo existente na época (MDB e Arena). Em 1980, o MDB se transformou em PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) requereram sessão especial em homenagem ao ministro do STF Nelson Jobim, em virtude de seu afastamento da presidência do tribunal. A sessão será realizada na próxima quarta-feira, às 10h.



Jurista foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí, relata Mão Santa

## Mão Santa registra homenagem a Evandro Lins e Silva

O senador Mão Santa (PMDB-PI) registrou ontem a homenagem prestada ao jurista piauiense Evandro Lins e Silva pelo Tribunal de Justiça do Piauí, na forma de uma placa descerrada na solenidade de inauguração do novo Fórum Criminal de Teresina.

Mão Santa relatou que Cristiano Lins e Silva, filho do homenageado e convidado de honra do evento, lembrou que o pai ficou marcado pelas participações em júris populares.

Nascido em Parnaíba em 18 de janeiro de 1912, Evandro Lins e Silva trabalhou como cronista, defendeu presos políticos e chegou ao Supremo Tribunal Federal e à Academia Brasileira de Letras.



Cidade é hoje um dos melhores lugares para se viver no Brasil, ressalta Pavan

## Pavan lembra os 280 anos de Florianópolis

Leonel Pavan (PSDB-SC) homenageou a cidade de Florianópolis, que completa hoje 280 anos. O senador exaltou as belezas naturais da capital de Santa Catarina que fazem do lugar um dos mais procurados pelos turistas, além do seu dinamismo econômico e do alto padrão urbanístico.

Pavan recordou as origens bandeirantes da cidade, ainda no século 17, passando pela contribuição dos açorianos, no século 18, e a chegada dos imigrantes, sobretudo alemães, no século 19. Ele observou que a cidade é hoje um dos melhores lugares para se viver no Brasil.

Conselho Nacional de Justiça, criado para zelar pela autonomia do Judiciário, terá à sua frente ministra que também será a primeira mulher a presidir o Supremo

# Senado aprova Ellen Gracie para a presidência do CNJ

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação secreta, o nome da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie Northfleet para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela recebeu 61 votos favoráveis, com 1 abstenção e 1 voto contrário. A indicação da ministra – aprovada, pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – foi feita pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ela substituirá o ministro Nelson Jobim, que deixará o STF no final deste mês.

A pauta de votações do Plenário está obstruída por medidas provisórias, mas a indicação foi votada tendo por base uma decisão do STF. Em junho de 2005, o STF decidiu que o trancamento de pauta dos plenários da Câmara e do Senado por medidas provisórias só afeta a votação de matérias legislativas, como projetos de lei, emendas constitucionais etc.

O CNJ foi criado pela emenda constitucional da reforma do Judiciário (EC 45/04) com a finalidade de zelar pela autonomia do Judiciário, julgar processos disciplinares contra seus integrantes, inclusive recebendo reclamações. Uma das decisões de maior repercussão do conselho foi adotada nesta semana, quando fixou que o subteto salarial da Justiça estadual será de R\$ 22,1



Durante sabatina na CCJ, a ministra Ellen Gracie defende o aprimoramento da Justiça

mil, ou seja, 90,25% do salário máximo que pode ser pago no funcionalismo brasileiro, fixado pelo STF em R\$ 24,5 mil.

Durante a votação, 15 senadores destacaram a carreira, a competência e a seriedade da ministra Ellen Gracie. Na sabatina na CCJ, a ministra defendeu o aprimoramento da Justiça e disse que algumas mudanças implementadas pela reforma do Judiciário, como a adoção da súmula vinculante, poderão aperfeiçoar a prestação dos serviços jurídicos no Brasil nos próximos cinco anos. Ao comentar a aprovação de sua indicação para a presidência do CNJ, ela disse que isso servirá de exemplo para todas as mulheres brasileiras, que, conforme informou, já ocupam cerca de 30% dos cargos em várias instâncias

do Poder Judiciário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou a posse da ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo como um acontecimento emblemático para as mulheres brasileiras. Renan destacou que o fato simboliza a presença da mulher brasileira, pela primeira vez, na chefia de um dos Poderes da República.

### Homenagem

Por iniciativa dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP), o Senado irá prestar homenagem a Nelson Jobim na próxima terça-feira, penúltimo dia do ministro no Supremo Tribunal Federal. Eles argumentaram que o ministro foi fundamental na discussão da reforma do Judiciário.

## ACM quer entendimento entre Legislativo e Judiciário

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez apelo ontem para que o Congresso procure um entendimento com o Poder Judiciário para poder prosseguir com as investigações das comissões parlamentares de inquérito. Para ele, se o Poder Legislativo não reagir às interferências em seus trabalhos, correrá o risco de perder a dignidade.

Antonio Carlos também atribuiu ao governo a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, que acusa o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de frequentar a mansão em Brasília onde assessores supostamente distribuíam dinheiro ilegal.

O parlamentar ainda criticou o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) por tê-lo acusado de quebrar o sigilo do sistema eletrônico de votações do Senado em 2001. Antonio Carlos lembrou que o caso foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal. O senador leu da tribuna um fax em que Greenhalgh pede desculpas pela declaração feita na imprensa e disse que não aceita pedido de desculpas a ofensa feita em público.

## Almeida Lima anuncia que representará contra Vidigal



Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) anunciou que entrará hoje com representação disciplinar contra o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, junto ao Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, também do STJ. Almeida Lima alega que Vidigal vem exercendo atividade político partidária, expressamente proibida pela Constituição a magistrados.

O parlamentar leu diversas matérias publicadas pela imprensa do país inteiro, segundo as quais Vidigal, em entrevista a uma televisão no município de Imperatriz (MA) no último fim de semana, teria anunciado sua candidatura ao governo do Maranhão pelo PSB. Almeida Lima disse que o presidente do STJ deu péssimo exemplo aos magistrados e considerou a atitude do ministro “uma aberração jurídica”.



Lúcia Vânia: gastos sociais do governo resumem-se a assistencialismo eleitoral

## Lúcia Vânia critica políticas sociais do governo federal

Preocupada com as políticas sociais adotadas pelo governo federal, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comentou estudo elaborado pelo economista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann, segundo o qual os investimentos sociais caíram 2,7% nos primeiros três anos do governo Lula em comparação aos dois últimos anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A senadora avalia que os gastos sociais do governo federal “resumem-se à transferência automática de recursos da União para a prática de assistencialismo com pressupostos eleitorais”.



Governo Lula se apropria de programas criados na era FHC, acusa Luiz Pontes

## Luiz Pontes vê apropriação de programas sociais

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) acusou o governo Lula de se apropriar de programas sociais de transferência de renda criados no governo Fernando Henrique Cardoso. Ao comentar o Bolsa-Família, carro-chefe da gestão Lula na área social, o parlamentar afirmou que ele representa a unificação dos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás.

– Alguém já se deu ao trabalho de perguntar como e o que fez o governo atual para chegar aos 8 milhões de famílias hoje atendidas pelo programa (Bolsa-Família)? – questionou Luiz Pontes.

Brasil já tomou todas as medidas necessárias para enfrentar doença, afirma secretário de Vigilância em Saúde em audiência pública promovida por comissões do Senado

## País começa a fabricar em abril vacina contra a gripe aviária

O secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, afirmou que o Brasil, apesar de não registrar ainda nenhum caso de gripe aviária, será o primeiro país em desenvolvimento a ter uma fábrica de vacina contra a doença. O secretário participou ontem de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre a gripe aviária.

Já no mês de abril, informou Jarbas Barbosa, o Instituto Butantã, com recursos do Ministério da Saúde, começará a fabricar as primeiras doses de uma vacina contra o vírus da gripe aviária (H5N1). Segundo o secretário, já foram tomadas todas as medidas necessárias para enfrentar a doença.

Entre as medidas de reforço da vigilância epidemiológica, Jarbas Barbosa anunciou a constituição de uma rede de 46 unidades sentinelas para coleta de amostras de secreções das pessoas com síndrome gripal para identificação



Ao lado de Cristovam e Antônio Carlos Valadares, Jarbas Barbosa (D) fala aos senadores

do vírus em 21 estados. Também são realizados inquéritos sorológicos em todos os nove locais importantes de internada de aves migratórias, para identificar casos de gripe aviária, afirmou.

Uma das vantagens do Brasil no caso da gripe aviária, disse Jarbas Barbosa, é que o país não tem fluxo regular de aves migratórias diretamente da Ásia e da África, onde ocorreu a maioria dos casos da doença. Se a gripe aviária chegar ao país por meio de aves migratórias, a maior possibi-

lidade, acrescentou o secretário, é que seja pela rota das aves que vêm do Canadá e dos Estados Unidos, países que têm mais recursos para reagir e combater a propagação do vírus.

Presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a audiência contou ainda com a participação da representante do Ministério do Trabalho, Paula Montagner. As empresas de produção e abate de aves, segundo ela, são responsáveis por 1% dos empregos formais no país.



Rodolpho Tourinho afirma que União nunca cumpriu sua parte no Fundeb

quinto ano em diante, com 10% do total.

Rodolpho Tourinho lembrou que o Fundeb nunca foi cumprido, pelo simples fato de que a União não obedeceu às determinações legais para o cálculo do valor mínimo baseado na média nacional por aluno.

## Rodolpho Tourinho quer antecipar recursos da União para o Fundeb

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apelou aos senadores para que ampliem as discussões sobre o projeto do Executivo que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o qual, segundo ele, precisa ser modificado. Entre outras mudanças, Tourinho defende a antecipação da complementação dos recursos da União, desde o primeiro ano e não somente a partir do quinto ano, como está no substitutivo já aprovado pela Câmara.

O Fundeb, como lembrou o parlamentar, vai substituir e ampliar o Fundef, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. O novo fundo contemplará, além dos estudantes do ensino fundamental, os alunos de creches (crianças com até três anos de idade), da educação infantil (crianças de quatro a seis anos), do ensino médio e do ensino técnico. A União deve suplementar esse valor – nos primeiros quatro anos, com montantes predefinidos. Do

## Vontade de menino traficante é sair do crime e ter vida digna, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, apresentado, no último domingo, durante o programa *Fantástico* da TV Globo, e parabenizou todos os responsáveis pelo material e os colaboradores.

Na avaliação do parlamentar, a exibição do programa evidenciou, entre outros aspectos da realidade urbana, que a maioria dos jovens que hoje estão à margem da sociedade são afro-brasileiros.

– Isso mostra ao Congresso Nacional a importância e a urgência de se aprovar o Estatuto da Igualdade Racial – afirmou.

Produzido pelo rapper MV Bill e por Celso Atayde, o documentário, conforme assinou Paim, colocou a população frente a frente com a realidade das crianças e jovens brasileiros. No filme, aparecem crianças fazendo



Maioria dos jovens à margem da sociedade é de afro-brasileiros, constata Paim

afirmações como: “se eu morrer, vou descansar, porque é muito esculacho nesta vida”. O representante gaúcho observou que todos ficam perplexos com a falta de perspectivas desses jovens.

Paulo Paim ressaltou que a vontade dos meninos entrevistados é ter uma vida digna, sair do crime, encontrar um emprego.

– Mas vimos também que isso não lhes é permitido – acrescentou o senador.

## Para Demostenes, programa mostra falência da segurança

Ao afirmar que o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, apresentado no domingo passado pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, estremeceu, indignou e comoveu a quem o assistiu, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) frisou que a situação mostrada não é consequência apenas de um problema social: ela também sinaliza a falência da segurança pública brasileira.

– Por conta da minha experiência de promotor de Justiça, de ex-chefe do Ministério Público e de ex-secretário de Segurança Pública e Justiça, consegui dominar a emoção natural para tentar compreender o documentário como uma representação do passivo da segurança pública no Brasil. E de como a escola em tempo integral é, ao lado de um sistema criminal eficiente, o melhor remédio para combater tamanha iniquidade – afirmou.

Demostenes declarou lamentar



Demostenes diz lamentar que crianças já saibam usar armas com destreza

que as crianças retratadas no filme brinquem de traficantes na favela, manipulando com destreza armas como um fuzil AK-47. Grande parte das crianças, desdentadas e famintas, vivem a serviço das drogas, observou.

O senador disse constatar ainda que, no Brasil das periferias, o ordenamento legal foi substituído pelo estatuto social do crime e que o Estado transformou-se em uma instituição desmoralizada a ser abatida.



Saturnino: resultado se deve a 50 anos de esforço dos técnicos da Petrobras

## Saturnino comemora a auto-suficiência em petróleo

O Brasil já pode comemorar sua auto-suficiência em petróleo. A afirmação foi feita pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), para quem os brasileiros merecem se regozijar com o feito, resultado de 50 anos de esforço obstinado dos técnicos da Petrobras. Com isso, o país conseguiu se libertar

em definitivo da dependência externa, que, durante longo tempo, incidiu fortemente no saldo negativo de sua balança de pagamentos.

Para Saturnino, o governo Lula, assim como a Petrobras, tem o direito de lançar uma campanha publicitária com o objetivo de

celebrar o “feito” sem que tal atitude seja vista como servindo a interesses eleitorais.

Em apartes, Almeida Lima (PMDB-SE) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) parabenizaram o quadro técnico da estatal.

O parlamentar leu nota em que a Petrobras contesta infor-

mações veiculadas terça-feira no *O Estado de S. Paulo*, em que o repórter Diego Escostegui utilizou dados de relatório parcial de auditoria do TCU apontando irregularidades no contrato para adaptação da plataforma P-34, feito entre a estatal e a empresa GDK Engenharia.



Agripino: governo monta farsa em torno do vazamento do extrato do caseiro

## Agripino cobra explicações sobre quebra de sigilo

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse que, caso a vice-presidente de tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Copetti, não compareça à CPI dos Bingos hoje, para depor sobre o vazamento do extrato bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, ficará patente a intenção do governo Lula de construir uma farsa em torno do episódio.

– Se ela não vier, vai ficar claro que participa de uma farsa. Se [a Caixa] pediu 15 dias para investigar uma operação bancária que, se sabe, não leva mais que dez minutos para ser apurada, é porque querem prazo para fabricar uma versão ou produzir um bode expiatório – afirmou o senador.



Proposta enviada pelo Executivo ao Congresso era "capenga", diz Flexa Ribeiro

## Atraso no Orçamento é culpa do governo, afirma Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contestou o presidente Lula, que, em pronunciamento na Bahia, afirmou que as oposições vêm dificultando a votação do Orçamento da União para este ano e, assim, impedindo a liberação de verbas para os municípios. Flexa Ribeiro é integrante da Comissão Mista de Orçamento.

– A história é bem diferente do que disse o presidente Lula. A culpa pelo atraso na votação é do próprio governo do PT e da sua base. O governo mandou um orçamento capenga para o Congresso, onde não tinha nem dinheiro para o aumento do salário mínimo – sustentou o senador.

Para a Advocacia do Senado, a decisão de suspender o depoimento do caseiro representou “uma censura judicial aos trabalhos do Parlamento” e foi tomada por um único ministro – Cezar Peluso

# Senado entra com mandado de segurança para ouvir Francenildo

A Advocacia do Senado, a pedido do presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), ingressou ontem com pedido de mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, à comissão parlamentar de inquérito. A oitiva foi interrompida na última quinta-feira por decisão do ministro Cezar Peluso.

O mandado de segurança foi distribuído ao ministro Marco Aurélio Mello. O Senado argumenta que a decisão do ministro Peluso representou “uma censura judicial aos trabalhos do



Efraim (D) tenta reverter decisão do STF sobre depoimento de Nildo

Parlamento”. Nildo confirmou a versão dada à imprensa de que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, freqüentava uma mansão no Lago Sul, em Brasília, alugada por ex-assessores dele à época em que estava à frente da prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

Na segunda-feira, o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, negou o primeiro pedido do Senado para tornar sem efeito a liminar que suspendeu a audiência do caseiro na CPI.

Ontem, a Advocacia do Senado também entrou com um recurso de embargo de declaração contra a negativa de Jobim, solicitando explicações sobre a afirmação dele de que o presidente do Supremo não tem competência para suspender decisões proferidas pelo próprio tribunal. A Advocacia argumenta que a decisão de suspender o depoimento de Nildo foi tomada por um único ministro do tribunal.

## Renan: “Embates não podem afetar convivência”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez ontem um apelo aos parlamentares para retomada do clima de civilidade, “que faz bem à instituição e à democracia”. Segundo afirmou, o embate entre governo e oposição faz parte do jogo democrático, mas não pode ultrapassar o limite da convivência, porque, se ocorrer, a produtividade do próprio Senado estará comprometida.

Renan Calheiros fez a afirmação em resposta ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que,

em pronunciamento na tribuna, fez um apelo para que o Congresso Nacional reagisse ao autoritarismo do governo.

Renan informou que protestou de forma veemente contra a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, frisando que não se pode conceber que alguém tenha a sua privacidade vasculhada à revelia do estado de direito. Ele acrescentou que fará o que for preciso para investigar e elucidar tudo.

– O importante é que seja esclarecido rapidamente e que,

havendo responsável – e haverá, sim –, ele seja punido exemplarmente – afirmou.

Referindo-se ao trabalho das comissões de inquérito, o senador disse que não podem ser colocados limites às investigações que precisam ser feitas.

– Se fizermos isso, vamos perder não só legitimidade, como isenção que temos tido no encaminhamento de todas as questões, quer seja do interesse do governo, quer seja do interesse da oposição – observou.

## Depoente nega contrato superfaturado em Ribeirão

Em depoimento à CPI dos Bingos, a ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto (Daerp) Isabel Bordini negou envolvimento com irregularidades nos contratos de limpeza urbana. A depoente rechaçou acusações de que tenha pressionado funcionários para que assinassem ordens de serviço superfaturadas.

Isabel iniciou seu depoimento agradecendo por ter a oportunidade de se defender de acusações que vem recebendo. Engenheira civil, ela informou que é funcionária do Daerp há 20 anos e negou superfaturamentos nos contratos para varrição de ruas.

– Isso não é verdade. Pegamos uma cidade com epidemia de dengue, muito suja. Ampliamos a limpeza, ampliamos a varrição e, conseqüentemente, os custos – assinalou.

## Comissão aprova quebra de sigilo de empresas de jogos

Na reunião de ontem da CPI dos Bingos foram aprovados requerimentos solicitando a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico de empresas supostamente envolvidas com jogos: CincoTelecom, FDM Brasil, São Paulo Games, Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas, Quieve, GoldCoin, Próxima Digital e AC Empreendimentos.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Wellington Salgado (PMDB-MG) relataram reunião na Caixa Econômica Federal, juntamente com Flávio Arns (PT-PR), em que a estatal prometeu divulgar o resultado das investigações sobre vazamento de dados bancários do caseiro Nildo em 15 dias. Romeu Tuma (PFL-SP) foi incluído nesse grupo que busca detalhes sobre a violação de dados bancários do caseiro. A próxima diligência será na Polícia Federal em Brasília.



Suplicy lembra que O Estado de S. Paulo sempre pede ao MST que cumpras as leis

## Suplicy condena jornal que sugere desobediência ao STF

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou editorial publicado ontem no jornal *O Estado de S. Paulo* sugerindo ao Senado ignorar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que interrompeu depoimento do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos. O jornal defende o prosseguimento da oitiva e que o Legislativo “comece a dizer um basta”.

– Não é usual para *O Estado de S. Paulo* recomendar ao Legislativo que descumpra decisão do STF e do seu presidente, Nelson Jobim. Até porque esse é o mesmo jornal que, com freqüência, solicita ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que cumpra a lei.



Ação visa impedir identificação do autor da quebra de sigilo do caseiro, diz Heráclito

## Heráclito denuncia tentativa de apagar registros na Caixa

Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou suposta ação de especialistas em informática do Banco do Brasil (BB) na Caixa Econômica Federal com o objetivo de apagar registro de sistema de computador que poderia identificar os responsáveis pela quebra do sigilo bancário de Francenildo Costa.

O senador acusou o diretor do BB, Luiz Cerqueira César, de espionagem em suas contas bancárias e de outros políticos da oposição.

Para reagir ao “autoritarismo do governo”, Heráclito propôs o estabelecimento de uma pauta de votações, pelo Congresso, tendo a lei do Orçamento como primeiro item.



Transpor as águas do São Francisco, para Valadares, é tirar sangue de um enfermo

## No Dia Mundial da Água, Valadares defende revitalização do São Francisco

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aproveitou ontem a celebração do Dia Mundial da Água para propor ao país uma reflexão sobre seu uso responsável e consciente. O senador defendeu, em particular, a revitalização do rio São Francisco, ação prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC

524/02) de sua autoria, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara.

– O rio está doente, mas, em vez de recuperarem sua vitalidade, querem tirar sangue de um paciente enfermo – comparou, referindo-se ao projeto de transposição de suas águas para outras bacias hidrográficas.

Ao mesmo tempo em que sugeriu campanha nacional de combate ao desperdício de água, o parlamentar alertou para a necessidade de se afastar o risco de contaminação do Aquífero Guaraní, reservatório subterrâneo de água potável que se estende sob os territórios do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Outra questão assinalada por Valadares foi a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), considerada importante para a gestão de recursos hídricos no país.

– Mas ainda é necessário dar à ANA maior poder para que as atribuições de fiscalização e controle possam ser executadas – ressaltou.

## Mozarildo: 90% das terras de Roraima pertencem à União

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau para que julgue um recurso contra o arquivamento de ação de sua autoria, na qual reclama que seu estado quase não possui terras próprias. O agravo regimental foi impetrado por Mozarildo no dia 5 de agosto de 2005. De acordo com o senador, mais de 90% das terras de Roraima pertencem à União, ou por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou por serem reservas indígenas ou minerais.

– Em minha ação parlamentar, diante desses conflitos fundiários de meu estado, não pude me limitar a fazer discursos e projetos. Tive que usar a via judicial. É um conflito federativo. Que estado é esse que não tem área para ser plantada e cultivada? – indagou.

No entendimento de Mozarildo, somente quando as terras passarem a pertencer a Roraima será possível àquele estado ter um plano de desenvolvimento sustentável, econômico e ecológico. O parlamentar manifestou esperança de que o novo superintendente do Incra em Roraima, Juscelino Pereira, consiga chegar à solução do impasse fundiário.

– Espero que ele tenha sorte e faça as cobranças que o estado espera para titular suas terras, até para assistir os colonos que já estão assentados pelo Incra, sem assistência e sem financiamento, abandonados à própria sorte – disse.



Mozarildo pede que STF decida recurso em ação sobre terras para Roraima

Senador pede à equipe econômica do governo a adoção urgente de medidas de apoio aos agricultores, que enfrentam prejuízos por causa dos baixos preços de sua produção

## Agricultores pagam juros de até 32%, denuncia Jonas Pinheiro

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu “mais sensibilidade” à equipe econômica do governo para que sejam adotadas, com urgência, medidas de apoio aos agricultores, que enfrentam prejuízos por causa dos baixos preços de sua produção. Ponderou que, ao contrário de outros anos, o governo tem manifestado interesse em encontrar solução, mas tem havido demora por parte do Ministério da Fazenda.

Por causa disso, muitos agricultores, “em total desespero”, estão aceitando vender sua produção “a preços aviltantes” e recorrendo a empréstimos bancários com taxas de juros de até 32% ao ano – a inflação projetada para os próximos 12 meses está próxima de 4,5%.

Ele acha que esses empréstimos dificilmente serão pagos pelos produtores, pois juros tão elevados inviabilizam qualquer



Para Jonas, baixos preços da produção rural se devem à desvalorização do real

produção rural.

Jonas Pinheiro observou que estão fora do alcance dos produtores medidas que diminuam seus prejuízos, pois o maior problema se deve à queda do real diante do dólar. Em Mato Grosso, informou o senador, os baixos preços em reais levaram a uma redução da área plantada que chegou a 1,5 milhão de hectares.

No caso do algodão, a área de

plantio caiu 30%. A de arroz chegou a 60%. Os produtores de soja enfrentam queda superior a 40% nas cotações do produto, em reais, comparando-se com dois anos antes, e só o frete para levar o produto até o porto de exportação fica com 30% do custo de produção, segundo Jonas Pinheiro.

– Os agricultores não estão solicitando anistia de dívidas, nem privilégios ou vantagens descabidas. Eles são vítimas das políticas de juros, de câmbio, do peso da tributação, da deterioração das estradas e, em alguns casos, de fatores incontroláveis da natureza – argumentou o senador.

Ele lembrou que o meio rural responde por 40% da produção do país e não será justo “matar a galinha de ovos de ouro” no momento em que os bancos anunciam lucros recordes e a Receita Federal revela “níveis de arrecadação jamais vistos”.



Ampliação do crédito a custo reduzido é uma das medidas cobradas por Azeredo

de logística e custos.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu a criação de uma frente para defender a economia nacional e disse lamentar que, “em vez de combater os problemas dos produtores rurais, o governo se limite, nos últimos meses, a tentar se explicar diante das acusações que vem recebendo”.

## Azeredo cobra ações que minimizem perdas de R\$ 26 bi no agronegócio

Ao registrar que a queda do produto interno bruto (PIB) do agronegócio foi de quase 4,7% no ano passado, em comparação com 2004, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do governo a adoção imediata de medidas para minimizar problemas do agronegócio, como ampliação do crédito a custo reduzido, infra-estrutura de escoamento e armazenagem, investimentos em pesquisa científica e tecnológica e a definição de preços justos para os produtos agrícolas.

Citando estudo feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Universidade de São Paulo

(USP), Azeredo concluiu que o agronegócio apresentou, em 2005, seu pior resultado nos últimos seis anos. As perdas dos agricultores teriam chegado a R\$ 26 bilhões em relação a 2004.

– Os números são altamente preocupantes, sobretudo se levar-se em conta que a agropecuária, como um todo, é um pilar fundamental da nossa economia – afirmou.

Segundo Azeredo, a situação dos agropecuaristas em Minas Gerais é tão delicada, em virtude da contenção do consumo interno e das exportações, que os produtores de leite foram obrigados a criar medidas de racionalização



Osmar espera que o governo avalie seu substitutivo a projeto de Marina

## Osmar Dias faz apelo à ministra do Meio Ambiente

Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que ela não envie ao Congresso um novo projeto tratando da biodiversidade. O senador propôs que o governo, por medida de economia de tempo, procure fazer as modificações que considerar convenientes no projeto aprovado pelo Senado e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

A matéria que está na Câmara é um substitutivo elaborado por Osmar Dias a projeto apresentado por Marina, que é senadora licenciada, a partir de sugestões recolhidas pelo senador no país inteiro. – O Senado cumpriu seu papel, uma vez que, tanto o governo anterior quanto o governo atual, legislaram sobre a biodiversidade por meio de medidas provisórias – disse, referindo-se à questão dos transgênicos.

Osmar Dias alertou o Executivo para o risco de se iniciar todo o processo novamente, enquanto o Brasil sofre com a biopirataria e tem de pagar caro pelos produtos feitos a partir de plantas e outros elementos da nossa biodiversidade.